

SIMULADO DE DIREITO INTERNACIONAL PARA PROVA DA OAB/RJ

ALEXANDRE MAGALHÃES DE MATTOS

Advogado graduado pela Universidade Estácio de Sá

- Pós-graduado em Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá
- Pós-graduado em Direito Internacional pela ESA – OAB/RJ
- Doutorando e Mestre pela UNIRIO

- Membro da Diretoria de Inclusão Digital da OAB/RJ.
- Membro da Comissão Permanente de Direito Internacional, da Comissão de Direito Digital e da Comissão Especial de Inteligência Artificial do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros.

- Canal no Youtube: <https://youtube.com/@alexandre.m.mattos>

- Página pessoal: <http://www.portalbaw.com.br/direito/direito.htm>

- Instagram: @alexandre.m.mattos

- Linked in: Alexandre M. Mattos

Publicações

- Co-autor do artigo **Fake News em tempos de COVID-19 e seu tratamento jurídico no ordenamento brasileiro** publicado pela Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery em 2021.
- Autor do artigo **As leis em tempo de COVID-19** publicado pela Revista Digital do Instituto dos Advogados Brasileiros em 2020.
- Autor do livro **Crimes na internet** publicado pela editora Espaço Jurídico no primeiro semestre de 2012.
- Autor do do artigo **Privacidade de dados – Quem fiscaliza os armazenadores** publicado em novembro/10 na Tribuna do Advogado – OAB/RJ.
- Autor do artigo **A Ciber Guerra chegou para ficar** publicado em julho/09 na Revista Mural – OAB/RJ.
- Autor do artigo **A nova lei de deportação da UE** publicado em outubro/08 no Jornal Mural – OAB/RJ.
- Colaborador na resolução de questões de Direito Comercial no livro **EMERJ – Prova de Ingresso** publicado pela editora Espaço Jurídico no segundo semestre de 2008.
- Autor do livro **Direito Internacional para Exame da OAB** publicado pela editora Espaço Jurídico no primeiro semestre de 2007.
- Autor do artigo **Atletas Cubanos: quando a deportação foge a regra**, publicado em setembro de 2007 no Jornal Mural.
- Autor do artigo **A Lei nº 89/2003 e os crimes de informática**, publicado em junho de 2006 no Informativo do Curso Fraga.
- Autor do artigo **O PLC 89/2003 e os crimes de informática**, publicado em maio de 2006 no Jornal Mural.

SIMULADO – DIREITO INTERNACIONAL

- 01) Carla, brasileira, residente nos EUA, tem lá um filho de nome Paul em 1998. Sabendo-se que o pai é o embaixador inglês naquele país, cuja lei pessoal adota o princípio do *ius sanguinis*, e supondo-se que os EUA adotam o princípio do *ius soli e sanguinis*, pergunta-se: Qual(is) a(s) nacionalidade(s) de Paul que mora no Brasil desde 2005 com os avós maternos?
- Apenas americana e inglesa;
 - Apenas brasileira e inglesa;
 - Terá as três nacionalidades;
 - Apenas brasileira e americana.
- 02) Sobre o instituto jurídico do passaporte está errada a afirmativa:
- Conceder-se-á passaporte diplomático aos Governadores do Estado;
 - O passaporte comum é válido por até cinco anos, improrrogáveis;
 - As autoridades brasileiras concederão ao apátrida (estrangeiro de nacionalidade indefinida) um passaporte para estrangeiro de cor amarela;
 - O *laissez-passer* poderá ser concedido ao estrangeiro no Brasil pela Justiça Federal no lugar onde o estrangeiro se encontrar.
- 03) O órgão competente para conceder o status de refugiado no Brasil é:
- A Cáritas Arquidiocesana;
 - O Ministério das Relações Exteriores;
 - O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
 - O Comitê Nacional para Refugiados.
- 04) Qual das características abaixo NÃO diz respeito ao instituto jurídico da extradição:
- É a forma processual admitida, de colaboração internacional, para fazer com que um infrator, refugiado em um país, se apresente ao juízo competente do outro país onde o crime foi cometido;
 - Constitui sanção administrativa, concretizada por ato do Exmo. Sr. Presidente da República;
 - É passível de regulamentação em Acordo ou Tratado internacional, ou ainda, tem sua concessão vinculada a promessa de reciprocidade de tratamento;
 - O estrangeiro é entregue ao país que o reclama, para fins repressivos.
- 05) Não é sujeito de direito internacional público capaz de figurar em tratados internacionais:
- a Santa Sé;
 - o Estado Soberano;
 - a Organização Internacional;
 - a Empresa Pública.
- 06) Não são exemplos de Organizações Internacionais:
- A OIT e a OMC;
 - A ONU e a OEA;
 - A União Euroéia e a Liga Árabe;
 - A Liga Árabe e a União Africana.
- 07) Em relação ao Tribunal Penal Internacional (TPI), é CORRETO afirmar que:
- A exemplo da Corte Internacional de Justiça tem sua jurisdição restrita a Estados cujos nacionais pratiquem graves violações de direito internacional humanitário, os chamados crimes de guerra, de crimes contra a humanidade ou de genocídio.
 - É um tribunal permanente capaz de investigar e julgar indivíduos acusados das mais graves violações de direito internacional humanitário, os chamados crimes de guerra, de crimes contra a humanidade ou de genocídio.
 - Funcionará como segunda instância para os Tribunais de crimes de guerra da Iugoslávia e de Ruanda, criados para analisarem crimes cometidos durante esses conflitos.
 - É um tribunal permanente capaz de investigar e julgar indivíduos acusados das mais graves violações de direito internacional humanitário cuja jurisdição retroage à sua instauração em 2002.

- 08) O asilo diplomático é um instituto latino-americano de direito internacional e tem por objetivo a proteção de pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos. São locais de asilo, segundo a Convenção de Caracas, de 1954,
- legações, navios de guerra e acampamentos ou aeronaves militares.
 - legações, consulados e sedes de organizações internacionais.
 - acampamentos militares, consulados e veículos de embaixadas.
 - navios e aeronaves militares e sedes de organizações internacionais.
- 09) Entre as questões importantes a serem decididas pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, encontram-se as recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, a eleição dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança, a admissão de novos membros, bem como a suspensão de direitos e privilégios de membros e sua expulsão. Nessas questões, a Assembléia decide por
- maioria dos membros presentes e votantes.
 - dois terços dos membros presentes e votantes.
 - dois terços dos membros presentes e votantes e os membros permanentes do Conselho de Segurança.
 - novos votos afirmativos, nestes incluídos os membros permanentes do Conselho de Segurança.
- 10) Em razão de sua natureza descentralizada, o direito internacional público desenvolveu-se no sentido de admitir fontes de direito diferentes daquelas admitidas no direito interno. Que fonte, entre as listadas a seguir, não pode ser considerada fonte de direito internacional?
- Tratado.
 - Decisões de tribunais constitucionais dos Estados.
 - Costume.
 - Princípios gerais de direito.
- 11) Não se inclui entre as quatro Convenções de Genebra de 1949 sobre Direito Internacional Humanitário a convenção relativa
- à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.
 - à melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha.
 - ao tratamento dos prisioneiros de guerra.
 - à proteção de bens culturais em caso de conflito armado.
- 12) No que diz respeito ao MERCOSUL, assinale a opção correta.
- O MERCOSUL possui personalidade jurídica de direito internacional.
 - É vedado ao MERCOSUL celebrar acordos de sede.
 - Os idiomas oficiais do MERCOSUL são o espanhol e o português, com prevalência do espanhol em caso de dúvida sobre a aplicação ou interpretação dos tratados constitutivos.
 - O MERCOSUL ainda não possui um tratado sobre defesa da concorrência, não obstante os esforços brasileiros para a criação de um instrumento sobre tal matéria.
- 13) No que diz respeito às relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.
- o processo e julgamento da extradição requisitada por Estado estrangeiro cabe ao Supremo Tribunal Federal sendo, igualmente, desse órgão a competência para mandar cumprir pedidos de citações, inquirições e outras diligências necessárias à instrução de processos submetidos ao julgamento de autoridades alienígenas, responsáveis por tais solicitações;
 - é válida a ordem de prisão contra extraditando emanada de autoridade alienígena investida, nos termos da legislação de seu país, de atribuição para decretar a custódia, ainda que aquela autoridade não integre o Poder Judiciário do Estado estrangeiro;
 - o órgão jurisdicional brasileiro não deve indeferir pedido de extradição com apoio no argumento de que o ordenamento jurídico, vigente no Estado estrangeiro, não é capaz de garantir ao extraditando o devido processo legal com ampla defesa contraditório e tratamento igualitário entre as partes perante o juiz natural;
 - admite-se a extradição de brasileiro naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins na forma da lei

ANALISANDO AS ACERTIVAS ACIMA PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) estão certas as de números I e II;
 - b) estão certas as de números II e III;
 - c) estão certas as de números II e IV;
 - d) estão certas as de números I e IV.
- 14) Com relação aos tratados internacionais, assinale a opção correta à luz da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969.
- a) Ainda que a existência de relações diplomáticas ou consulares seja indispensável à aplicação de um tratado, o rompimento dessas relações, em um mesmo tratado, não afetará as relações jurídicas estabelecidas entre as partes.
 - b) Uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado.
 - c) Reserva constitui uma declaração bilateral feita pelos Estados ao assinarem um tratado.
 - d) Apenas o chefe de Estado pode celebrar tratado internacional.
- 15) Um contrato internacional entre um exportador brasileiro de laranjas e o comprador americano, previu que em caso de litígio fosse utilizada a arbitragem, realizada pela Câmara de Comércio Internacional. O exportador brasileiro fez a remessa das laranjas, mas estas não atingiram a qualidade estabelecida no contrato. O comprador entrou com uma ação no Brasil para discutir o cumprimento do contrato. O juiz decidiu:
- a) extinguir o feito sem julgamento de mérito, em face da cláusula arbitral.
 - b) deferir o pedido, na forma requerida.
 - c) indeferir o pedido porque o local do cumprimento do contrato é nos Estados Unidos.
 - d) deferir o pedido, em razão da competência concorrente da justiça brasileira.
- 16) A escravidão e o tráfico de escravos, graves violações aos direitos humanos, estão hoje proscritos pelo direito internacional. À luz das normas de direito internacional aplicáveis ao tema, marque a opção errada.
- a) Atos de escravidão, em determinadas circunstâncias, podem constituir crimes contra a humanidade.
 - b) É nulo todo tratado que regulamente o tráfico de escravos entre dois ou mais Estados.
 - c) A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969) enumera as normas imperativas de direito internacional (*jus cogens*), entre as quais, a proibição da escravidão.
 - d) O tráfico de pessoas como modalidade de crime organizado internacional não se limita à exploração de mão de obra escrava.
- 17) Constitui objetivo da Organização Mundial do Comércio
- a) facilitar o empréstimo monetário internacional.
 - b) solucionar controvérsias sobre tarifas do comércio internacional.
 - c) fornecer recursos monetários para incentivar o desenvolvimento econômico.
 - d) permitir a criação de zonas francas de comércio.
- 18) Considera-se que as organizações internacionais alcançaram importância inegável na vida contemporânea, a ponto de se afirmar que não há atividade humana que não seja — direta ou indiretamente — influenciada pelo trabalho de, pelo menos, uma organização internacional. À luz das normas de direito internacional aplicáveis ao tema, marque a opção correta.
- a) Todos os atos adotados no seio de uma organização internacional são juridicamente obrigatórios para seus Estados-membros; caso violados, podem acarretar a responsabilidade internacional do Estado.
 - b) O tratado constitutivo de uma organização internacional está sujeito às normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).
 - c) Em atendimento ao princípio da igualdade soberana dos Estados, toda decisão de uma organização internacional deve ser adotada por unanimidade ou consenso.
 - d) O MERCOSUL não é uma organização dotada de personalidade jurídica de direito internacional.

- 19) O asilo diplomático é um instituto latino-americano de direito internacional e tem por objetivo a proteção de pessoas perseguidas por motivos ou delitos políticos. São locais de asilo, segundo a Convenção de Caracas, de 1954,
- a) legações, navios de guerra e acampamentos ou aeronaves militares.
 - b) legações, consulados e sedes de organizações internacionais.
 - c) acampamentos militares, consulados e veículos de embaixadas.
 - d) navios e aeronaves militares e sedes de organizações internacionais.
- 20) No âmbito do direito internacional, a soberania, importante característica do palco internacional, significa a possibilidade de
- a) igualdade entre os países, independentemente de sua dimensão ou importância econômica mundial.
 - b) um Estado impor-se sobre outro.
 - c) a Organização da Nações Unidas dominar a legislação dos Estados participantes.
 - d) celebração de tratados sobre direitos humanos com o consentimento do Tribunal Penal Permanente.

GABARITO DO SIMULADO – DIREITO INTERNACIONAL

01) Letra C

CF Art. 12 – Página 7 do livro impresso Direito Internacional, Exame de Ordem, Alexandre Magalhães de Mattos, Ed. Espaço Jurídico.

02) Letra D

Emitido pela PF ou embaixadas no exterior – Pág. 21 do Livro impresso Direito Internacional.

03) Letra D

Pág. 41 do Livro impresso Direito Internacional.

04) Letra B

Pág. 54 do Livro impresso Direito Internacional.

05) Letra D

Art. 2º Convenção de Viena de 1969 e 186 – Pág. 91 do Livro impresso Direito Internacional.

06) Letra A

OIT não tem órgão coercitivo – Pág. 118 do Livro impresso Direito Internacional.

07) Letra B

Pág. 133 do Livro impresso Direito Internacional.

08) Letra A

Página 38 do Livro impresso Direito Internacional.

09) Letra B

Artigo 18 da Carta da ONU e caso concreto comentado em sala.

10) Letra B

As decisões dos tribunais dos Estados não são consideradas justamente por possuírem caráter interno.
– Pág. 135 do Livro impresso Direito Internacional.

11) Letra D

Nenhuma das 4 Convenções de Genebra de 1949 versam sobre bens culturais, apostila do Prof. Alexandre Mattos com os Principais Tratados para o Exame de Ordem.

12) Letra A

Artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto e Página 118 do Livro impresso Direito Internacional.

13) Letra C

Artigos 5º, LI da CF/88 e 78, II do Estatuto do Estrangeiro – Pág. 56 do Livro impresso Direito Internacional.

14) Letra B

Artigo art. 27 da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados e Página 91 do Livro impresso Direito Internacional.

15) Letra A

Artigo 18, da Lei nº 9.307/96 (Lei de Arbitragem Brasileira) e Página 111 do Livro impresso Direito Internacional.

16) Letra C

Caso concreto comentado em sala sobre a enumeração e os termos genéricos utilizados pela convenção.

17) Letra B

Página 127 do Livro impresso Direito Internacional.

18) Letra B

Caso concreto comentado em sala e apresentado na apostila do Prof. Alexandre Mattos com os Principais Tratados para o Exame de Ordem.

19) Letra A

Página 38 do Livro impresso Direito Internacional.

20) Letra A

A mesma explicação acerca da soft law vista na pág. 118 do Livro impresso Direito Internacional.

ALEXANDRE M. MATTOS